

Pl A ASSEMBLEIA MUNICIPAL
2023/06/20
Comit. nome

[Handwritten signatures]



REUNIÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
de 20/06/2023

Deliberação - Aprovado por:

Unanimidade

Maioria

4 ABSTENÇÕES
DOS SRS. VEREADORES DO PS,
SEMPRE E DO PSD/CALHA

O Secretário do Órgão Executivo

[Handwritten signature]

[Handwritten notes and signatures on the right margin]

GRUPO MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

PRESTAÇÃO DE CONTAS SESSÃO DO ÓRGÃO DELIBERATIVO
de 29/6/2023

CONSOLIDADAS 2022 Deliberação POR UNANIMIDADE

18 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CHEGA e 20 Absteções (4 do PS, 1 MP e 15 SNI)

1º Secretário

[Handwritten signature]



Q

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Introdução	Pág.01
Relatório de gestão consolidado	Pág.03
Balanço consolidado	Pág.21
Demonstração consolidada de resultados por natureza	Pág.23
Demonstração consolidada das alterações no património líquido	Pág.24
Demonstração consolidada de fluxos de caixa	Pág.25
Anexo à demonstração consolidada de fluxos de caixa	Pág.26
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	Pág.28

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Demonstração consolidada de desempenho orçamental	Pág.62
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	Pág.63
Demonstração consolidada de dívidas a terceiros por antiguidade de saldos	Pág.64
Nota explicativa às demonstrações orçamentais consolidadas	Pág.65

OUTROS DOCUMENTOS

Certificação Legal de Contas
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Sue' and another 'CR'.

Handwritten signature in black ink, possibly 'Sue'.



INTRODUÇÃO

As competências e objetivos atribuídos aos Municípios em Portugal obrigam que as autarquias encontrem soluções para corresponder às exigências na prestação de serviços públicos.

Como tem vindo a acontecer em anos anteriores e por decisão dos Órgãos Executivos, foi decidido manter uma estrutura empresarial dentro da esfera da administração autárquica no concelho de Castelo Branco, contando para o efeito com os Serviços Municipalizados de Castelo Branco e com as empresas municipais Albigeac – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, que sempre foi detida pelo Município na sua totalidade e o CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro-alimentar de Castelo Branco, no qual o Município detém uma participação de 94%.

Pela aplicação da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais - LFL), anterior à criação da empresa municipal, foi instituída a obrigatoriedade de prestação de contas consolidadas para os municípios que detivessem participações na totalidade do capital das empresas municipais e serviços municipalizados. Porém, de acordo com as orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), não existia na data de publicação da LFL um normativo contabilístico para as autarquias que permitisse elaborar contas consolidadas, pelo que estas não poderiam cumprir com esta disposição legal.

Posteriormente, com a publicação da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à Consolidação de Contas para o Setor Público Administrativo, onde se incluem os municípios, estabeleceram-se princípios orientadores e requisitos a contar no processo de consolidação de contas. Adicionalmente foram publicadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico da Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) a 28 de abril de 2011, instruções relativas à aplicação da consolidação de contas nos municípios.

Em 2013 é publicado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) que adensa os critérios e perímetros da consolidação de contas, n.º 1 do artigo 75º, mas que para efeitos de prestação de contas consolidadas no Grupo Municipal de Castelo Branco não implicou qualquer alteração, pois já adotava o pressuposto da Orientação n.º 1/2010, de alargamento do perímetro a todas as entidades onde exercesse controlo.

Em 2020, com a adoção do novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, em 2020, a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, veio estabelecer os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo público com vista a apresentar a sua situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa como de uma única entidade se tratasse.

A mesma norma define ainda que, uma entidade que controle uma ou várias entidades, deve apresentar demonstrações financeiras consolidadas.



O método de consolidação aplicado é o método integral. Este método consiste na integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras individuais das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Após esta integração, são eliminadas todas as operações intra grupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

As presentes contas, para além dos já habituais balanços consolidados, demonstração de resultados consolidada, fluxos de caixa consolidados e os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, integram agora também um relatório de gestão consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado e a relação nominal dos responsáveis do órgão da entidade consolidante.

No quadro seguinte, estão reunidos os três grandes agregados do balanço (Ativo, Passivo e Património Líquido) e os Resultados do Exercício de 2022 das quatro entidades, bem como os respetivos valores consolidados:

Entidade	Ativo Total	Passivo	Património Líquido	Resultado do Exercício
Câmara Municipal de Castelo Branco	444 968 296,88 €	22 404 520,23 €	422 563 776,65 €	-5 451 193,81 €
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	110 547 866,52 €	58 442 352,88 €	52 105 513,64 €	-798 303,79 €
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA	462 994,01 €	186 912,33 €	276 081,68 €	-289 891,57 €
CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	4 118 380,46 €	1 502 806,61 €	2 615 573,85 €	4 269,03 €
Consolidado	504 880 189,05 €	81 971 379,33 €	422 908 809,72 €	-5 440 292,64 €

Uma conclusão que se pode extrair é que as contas consolidadas permanecem próximas dos valores das contas do Município, ou seja, isto significa que o peso relativo das contas dos SMCB, Albigec e CATAA é reduzido no universo das contas do grupo Município, não as afetando de modo significativo, à exceção do passivo, devido ao peso dos SMCB relativamente às restantes entidades.

Nos pontos seguintes é apresentada uma breve análise da evolução orçamental e financeira do grupo municipal, procurando evitar-se uma repetição da análise efetuada nas contas individuais da câmara municipal e das entidades municipais.



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1 - Caracterização da Entidade Consolidante

Município de Castelo Branco

Praça do Município

6000-458 Castelo Branco

NIF: 501 143 530

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2022:

Presidente:

Leopoldo Martins Rodrigues

Vereadores:

Ana Teresa Vaz Ferreira

Hélder Manuel Guerra Henriques

João Manuel Ascensão Belém

Jorge Manuel Carrega Pio

Luís Manuel dos Santos Correia

Patrícia Margarida dos Santos Carvalheiro Coelho

Órgão de Fiscalização:

Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade:

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP

Data referência da Prestação de Contas:

31 de dezembro de 2022

Estado das contas individuais do exercício:

Aprovadas

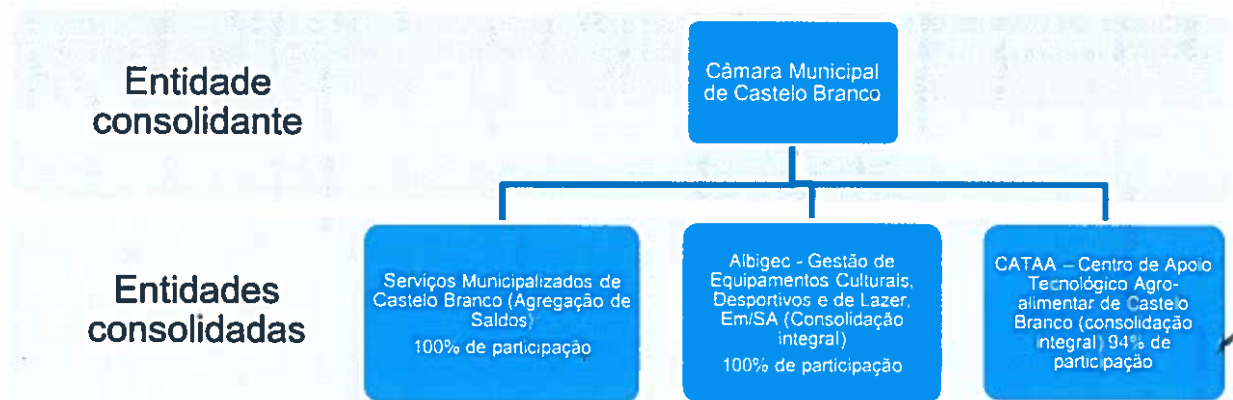
Tipo de Entidade:

Município



2 – Entidades Participadas incluídas no Perímetro de Consolidação

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escriturado no final de 2022 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%	22 066 789,09 €	52 105 513,64 €
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal 6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%	50 000,00 €	276 081,68 €
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%	47 000,00 €	2 458 639,42 €
Total								54 840 234,74 €

Acresce também que o Município detém outras participações onde não existe relação de controlo e de domínio, que foram relevadas contabilisticamente pelo método do custo.

De acordo com as regras instituídas para a consolidação de contas, foi utilizado o método de consolidação integral para as empresas Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, e CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco, distinguindo-se o valor dos interesses minoritários e adicionalmente foi adotado o método de consolidação por agregação de saldos com os Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Em termos de anulação das operações internas intra grupo procedeu-se à sua anulação em 100% em todos os casos. No caso específico da CATAA considerou-se que, sendo detida em 94%, a anulação das operações em 100% sem reconhecimento de interesses minoritários nestas anulações não prejudicará a leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, até porque a maior parte do montante respeita ao Contrato-Programa, montante este totalmente da responsabilidade do Município.



3 – Entidades Participadas excluídas do Perímetro de Consolidação

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor encetado no final de 2022 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Municipal – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação. E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,77%	24 950,00 €	24 950,00 €
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos. S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos. Herdade da Marrás 7480-352 Figueira e Barros	10 000 000,00 €	599 719,00 €	6,00%	599 719,00 €	599 719,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/c 1400-195 Lisboa	650 000 000,00 €	1 236 294,00 €	0,19%	1 236 294,00 €	1 236 294,00 €
Total								1 860 963,00 €

4 – Caracterização das Entidades incluídas na Consolidação

Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB)

Avenida Nuno Álvares – Edifício dos SMAS, n.º 32
6000-083 Castelo Branco
NIF: 680 017 640

Composição dos Órgãos sociais:**Conselho de Administração:***Presidente:*

Leopoldo Martins Rodrigues

Vogais:

Hélder Manuel Guerra Henriques

Patrícia Margarida dos Santos Carvalheiro Coelho (de 01-01-2022 a 14-08-2022)

Sónia Cristina Cristóvão Mexia (de 15-08-2022 a 31-12-2022)

Administradora:

Sónia Cristina Cristóvão Mexia

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.**Sistema aplicável de Contabilidade:** Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP**Tipo de Entidade:** Serviços Municipalizados**Data referência da Prestação de Contas:** 31 de dezembro de 2022**Estado das contas individuais do exercício:** Aprovadas**Capital/participação detida:** 100%, totalmente de forma direta

**Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:**

	2020	2021	2022
Total de Trabalhadores Permanentes	119	133	137
Total de Trabalhadores Temporários	0	0	0
Outras Situações	2	1	3
Total de Trabalhadores	121	134	140

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: São serviços municipalizados, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são de inclusão obrigatória.

Método Consolidação aplicado: Simples Agregação

Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA

Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal

6000-458 Castelo Branco

NIF: 505 715 449

Composição do Conselho de Administração:**Presidente:**

Leopoldo Martins Rodrigues

Vogais:

Fernando Manuel Raposo

Hélder Manuel Guerra Henriques

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.**Sistema aplicável de Contabilidade:** Sistema de Normalização Contabilística - SNC**Tipo de Entidade:** Empresa Municipal**Data referência da Prestação de Contas:** 31 de dezembro de 2022**Estado das contas individuais do exercício:** Aprovadas**Capital/participação detida:** 100%, totalmente de forma direta



Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2020	2021	2022
Total de Trabalhadores Permanentes	30	31	35
Total de Trabalhadores Temporários	32	34	30
Total de Trabalhadores	62	65	65

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: É uma empresa municipal detida a 100%, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória dado que existe controlo da entidade pelo município.

Método Consolidação aplicado: Integral

CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco

Zona Industrial - Rua A
6000-459 Castelo Branco
NIF: 509 528 678

Composição dos Órgãos sociais:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: António Augusto Cabral Marques Fernandes, em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.

1.º Secretário: Odete Catarina Gonçalves, em representação do associado InovCluster.

2.º Secretário: Rosa Maria Correia Bonacho, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Direção

Presidente: Leopoldo Martins Rodrigues, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Vogal: Patrícia Margarida dos Santos Carvalheiro Coelho, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Vogal: António Tavares Carmona Mendes, em representação do associado InovCluster.

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Manuel do Carmo Farinha em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Francisco José Alveirinho Correia – em representação do associado Município de Castelo Branco.

José Jesus Gonçalves Mendes - em representação da sociedade revisora de contas Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.



Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor não Lucrativo - SNC - ESNL

Tipo de Entidade: Associação Tecnológica Científica e de Formação, sem fins lucrativos e de natureza privada

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2022

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas

Capital/participação detida: 94%, totalmente de forma direta

Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2020	2021	2022
Total de Trabalhadores Permanentes	19	23	24
Total de Trabalhadores Temporários	3	3	1
Total de Trabalhadores	22	26	25

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: É uma Associação sem fins lucrativos detida a 94%, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória dado que existe controlo da entidade pelo município.

Método Consolidação aplicado: Consolidação Integral.



5 - Caracterização das Entidades Participadas excluídas do Perímetro de Consolidação

Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação S.A.

Avenida Professor Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, N.º.11 – 3.ºB

Taguspark

2740-120 Porto Salvo

NIF: 504475606

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2022

Capital/participação detida: 0,77%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Para além da participação ser de valor reduzido (0,77%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital:** 3.236.678,67 € (detidos: 24.950,00€)

VALNOR – Valorização de Resíduos Sólidos, S.A.

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos

Herdade das Marrãs

7480-352 Figueira e Barros

NIF: 505255090

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2022

Capital/participação detida: 6%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Como o valor de participação é reduzido (6%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

Capital Social: 10.000.000,00€ (detidos 599.719,00€)



Águas do Vale do Tejo

Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, nº. 21. r/ch
6300-693 Guarda
NIF: 513606130

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2022

Capital/participação detida: 3,93%, detida pelo SMCB

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor reduzido (3,93%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, sendo que esta entidade pertence ao SEE (Sector Empresarial do Estado).

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 83.759.578,00 € (detidos 3.294.000,00€)
- **Capital Próprio a 31.12.2022:** 218.824.849,00€
- **Resultado líquido de 2022:** 7.686.779,00€

CESAB – Centro de Serviços do Ambiente

Zona Industrial Ponte de Viadores
3050-481 Mealhada
NIF: 502883308

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Associação sem fins lucrativos de direito privado

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2022

Capital/participação detida: 3,02%, detida pelo SMCB

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Como o valor de participação é reduzido (3,02%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

Capital Social: 745.000.000€ (detidos 22.500,00€)

**6 – Recursos humanos do grupo público**

Quer o Município quer as empresas municipais contam com um conjunto de colaboradores de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Em 31-12-2022 o grupo público tinha 882 colaboradores ao serviço.

Entidade	Vínculo	N.º Trabalhadores	
Câmara Municipal de Castelo Branco	Trabalhadores Permanentes	573	652
	Trabalhadores Temporários	79	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Trabalhadores Permanentes	137	140
	Trabalhadores Temporários	0	
	Outras Situações	3	
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA	Trabalhadores Permanentes	35	65
	Trabalhadores Temporários	30	
CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	Trabalhadores Permanentes	24	25
	Trabalhadores Temporários	1	
Total			882

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.]



7.- Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação de 2022

7.1 – Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Lançamento 1

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	22 066 789,09 €	41111	52 105 513,64 €
551	1 339 035,77 €	6852	798 303,79 €
5521	1 921 435,18 €	561	28 120 921,28 €
5713	53 497 565,35 €		
5931	2 199 913,32 €		
Somatório:	81 024 738,71 €	Somatório:	81 024 738,71 €

Descrição:

Anulação da participação na CMCB e do Fundo Patrimonial dos SMCB

Lançamento 2

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
2251	232 024,21 €	2111	243 839,75 €
27229	59 474,30 €	27219	62 634,55 €
561	14 975,79 €		
Somatório:	306 474,30 €	Somatório:	306 474,30 €

Descrição:

Anulação de saldos e contas correntes entre a CMCB e SMCB (Água, tarifas sociais e outros)



Lançamento 3

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
751132	191 311,01 €	60133	191 311,01 €
7883	105 209,88 €	68819	135 366,35 €
561	30 156,47 €		
Somatório:	326 677,36 €	Somatório:	326 677,36 €

Descrição:

Anulação dos montantes relativos a tarifas sociais e proveitos de subsídios atribuídos pelo Município no passado

Lançamento 4

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
720301	252 125,41 €	6243	775 569,21 €
720302	229 603,69 €		
720399	190 584,37 €		
7112	98 083,73 €		
561	5 172,00 €		
Somatório:	775 569,21 €	Somatório:	775 569,21 €

Descrição:

Anulação de gastos e rendimentos relacionados com a água e conexos (cálculos efetuados com uma taxa média de 2,58% de IVA)



7.2 – Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.

Lançamento 5

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
75119	249 809,67 €	60236	249 809,67 €
Somatório: 249 809,67 €		Somatório: 249 809,67 €	

Descrição: Anulação Contrato Programa 2022 da Albigeç (Isento de Iva)

Lançamento 6

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
7883	15 000,00 €	6813	57,13 €
78819	70,27 €	561	15 070,27 €
720399	57,13 €		
Somatório: 15 127,40 €		Somatório: 15 127,40 €	

Descrição: Anulação dos montantes relativos a proveitos de subsídios atribuídos pelo Município no passado, regularização de saldo inicial e outras pequenas verbas



Lançamento 7

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	50 000,00 €	41111	276 081,68 €
551	11 200,00 €	6852	289 891,57 €
5521	50 000,00 €		
5713	289 746,64 €		
5931	111 697,82 €		
561	53 328,79 €		
Somatório:	565 973,25 €	Somatório:	565 973,25 €

Descrição:

Anulação da participação na CMCB e dos Capitais Próprios na Albigeç

7.3 – CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco

Lançamento 8

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
75119	321 385,60 €	60136	321 385,60 €
Somatório:	321 385,60 €	Somatório:	321 385,60 €

Descrição:

Anulação do Contrato Programa 2022 da CATAA (Isento de IVA)



Lançamento 9

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	47 000,00 €	41111	2 458 639,42 €
5713	2 028 053,92 €		
7851	4 012,89 €		
561	379 572,61 €		

Somatório: 2 458 639,42 €

Somatório: 2 458 639,42 €

Descrição:

Anulação da Participação Financeira (94%) do Município na CATAA

Lançamento 10

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	3 000,00 €	27899	156 934,43 €
561	36 735,43 €		
5931	116 942,86 €		
27899	256,14 €		

Somatório: 156 934,43 €

Somatório: 156 934,43 €

Descrição:

Reconhecimento dos Interesses Minoritários (6%) na CATAA



Lançamento 11

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
75119	9 639,45 €	6813	140,54 €
720399	114,26 €	2789191	70 639,78 €
28211	273 714,21 €	561	212 687,60 €
Somatório:	283 467,92 €	Somatório:	283 467,92 €

Descrição: Anulação dos montantes relativos a proveitos de subsídios atribuídos pelo Município no passado, regularizações de saldos pendentes e outras pequenas verbas

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

8.- Informações relativas ao endividamento consolidado de médio e longo prazo, de curto prazo e dívida bruta consolidada

Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos b)					Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	Município de Castelo Branco	Serviços Municipalizados	Albigeç	CATAA	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
Financiamentos obtidos	1 312 061,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 312 061,96 €	0,00 €	1 312 061,96 €
Outras contas a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1 312 061,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 312 061,96 €	0,00 €	1 312 061,96 €

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativos às dívidas a terceiros - médio e longo prazos.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

[Handwritten signature in black ink]



Endividamento consolidado de curto prazo

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de curto prazo b)					Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	Município de Castelo Branco	Serviços Municipalizados	Albigeç	CATAA	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	4 931,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 931,30 €		4 931,30 €
Fornecedores	3 151 944,93 €	906 751,47 €	61 599,60 €	56 204,93 €	4 176 500,93 €	232 024,21 €	3 944 476,72 €
Estado e outros entes públicos	240 051,83 €	91 752,74 €	12 023,72 €	20 121,96 €	363 950,25 €		363 950,25 €
Financiamentos obtidos	488 489,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	488 489,87 €		488 489,87 €
Fornecedores de investimentos	642 451,75 €	91 368,85 €	0,00 €	0,00 €	733 820,60 €		733 820,60 €
Outras contas a pagar	1 579,96 €	476 852,45 €	34 427,31 €	3 698,97 €	516 558,69 €	59 474,30 €	457 084,39 €
Total	4 529 449,64 €	1 566 725,51 €	108 050,63 €	80 025,86 €	6 284 251,64 €	291 498,51 €	5 992 753,13 €

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativos às dívidas a terceiros de curto prazo.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Divida Bruta Consolidada

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31-12-2022				DÍVIDA BRUTA	Eliminação de créditos/dívidas recíprocas			DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA
	MLP	CP	FAM	Operações Não Orçamentais		Débito (-)	Crédito (+)	Lançamento	
	1	2	3	4	5=1+2-3-4	6	7	8=5+6-7	
Município	1 312 061,96 €	4 529 449,64 €	0,00 €	2 440,21 €	5 839 071,39 €				5 839 071,39 €
SMAS		1 566 725,51 €		401 417,41 €	1 165 308,10 €	232 024,21 €		2	1 397 332,31 €
Albigeç		108 050,63 €			108 050,63 €				108 050,63 €
Cataa		80 025,86 €			80 025,86 €				80 025,86 €
TOTAL	1 312 061,96 €	6 284 251,64 €	0,00 €	403 857,62 €	7 192 455,98 €	232 024,21 €	0,00 €		7 424 480,19 €



9.- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Tipo de fluxo	Município de Castelo Branco										
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos					
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios	0,00 €	848 627,32 €	0,00 €	848 627,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empréstimos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Relações comerciais	63 440,30 €	859 022,69 €	80 412,67 €	610 026,11 €	232 024,21 €	70,27 €	210,81 €	70,27 €	210,81 €	0,00 €	0,00 €
Participações do capital em numerário	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Participações do capital em espécie	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	145 249,65 €	0,00 €	145 249,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	63 440,30 €	1 852 899,66 €	80 412,67 €	1 603 903,08 €	232 024,21 €	70,27 €	210,81 €	70,27 €	210,81 €	0,00 €	0,00 €

Tipo de fluxo	Serviços Municipalizados de Castelo Branco										
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos					
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências					0,00 €					0,00 €	
Subsídios					0,00 €		264 042,81 €		264 042,81 €	0,00 €	
Empréstimos					0,00 €					0,00 €	
Relações comerciais					0,00 €	63 440,30 €	859 022,69 €	80 412,67 €	610 026,11 €	232 024,21 €	
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €	
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €	
Outros					0,00 €					0,00 €	
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63 440,30 €	1 123 065,50 €	80 412,67 €	874 068,92 €	232 024,21 €	0,00 €

Tipo de fluxo	Albigeac - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.										
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos					
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências					0,00 €					0,00 €	
Subsídios					0,00 €		249 809,67 €		249 809,67 €	0,00 €	
Empréstimos					0,00 €					0,00 €	
Relações comerciais	70,27 €	70,27 €	70,27 €	70,27 €	0,00 €					0,00 €	
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €	
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €	
Cobertura de Prejuízos					0,00 €		145 249,65 €		145 249,65 €	0,00 €	
Total	70,27 €	70,27 €	70,27 €	70,27 €	0,00 €	0,00 €	395 059,32 €	0,00 €	395 059,32 €	0,00 €	0,00 €



Tipo de fluxo	CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios					0,00 €		334 774,84 €		334 774,84 €	0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais	0,00 €	140,54 €	0,00 €	140,54 €	0,00 €					0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Outros					0,00 €					0,00 €
Total	0,00 €	140,54 €	0,00 €	140,54 €	0,00 €	0,00 €	334 774,84 €	0,00 €	334 774,84 €	0,00 €



BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO

Rúbricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	348 853 941,33 €	341 877 651,20 €
Propriedades de investimento	8	13 380 708,15 €	13 649 486,86 €
Ativos intangíveis	3	394 238,53 €	160 397,05 €
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	5 180 521,89 €	5 180 224,37 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros	18	12 999,73 €	10 732,27 €
Ativos por impostos diferidos			
Cientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber		167 977,14 €	192 262,98 €
		367 990 386,77 €	361 070 754,73 €
Ativo corrente			
Inventários	10	1 216 269,45 €	1 137 435,20 €
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		163 180,29 €	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes	9	1 050 626,17 €	1 186 722,18 €
Estado e outros entes públicos		81 327,05 €	63 846,82 €
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	9	12 407 125,60 €	8 553 657,44 €
Diferimentos		307 068,58 €	74 319,79 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	121 664 205,14 €	118 946 260,32 €
		136 889 802,28 €	129 962 241,75 €
Total do Ativo		504 880 189,05 €	491 032 996,48 €


BALANÇO CONSOLIDADO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Rúbricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital	18	62 817 956,48 €	62 817 956,48 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas	18	7 069 534,63 €	7 069 534,63 €
Resultados transitados	18	285 539 364,97 €	228 761 579,71 €
Ajustamentos em ativos financeiros	18	-27 543,22 €	56 013 570,97 €
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Patrimônio Líquido	18	72 793 111,21 €	72 298 741,79 €
		428 192 424,07 €	426 961 383,58 €
Resultado líquido do período	18	-5 440 292,64 €	-1 208 464,14 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam		156 678,29 €	145 659,71 €
Total do Patrimônio Líquido		422 908 809,72 €	425 898 579,15 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	22 141 042,28 €	18 399 511,81 €
Financiamentos obtidos	7	1 312 061,96 €	1 799 881,00 €
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		44 497 784,39 €	34 571 428,74 €
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		67 950 888,63 €	54 770 821,55 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		4 931,30 €	46 905,04 €
Fornecedores		3 944 476,72 €	2 574 674,35 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		363 950,25 €	339 771,51 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	488 489,87 €	488 629,32 €
Fornecedores de investimentos		733 820,60 €	864 437,60 €
Outras contas a pagar		5 667 783,59 €	2 560 121,06 €
Diferimentos		2 817 038,37 €	3 093 172,93 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros		0,00 €	395 883,97 €
		14 020 490,70 €	10 363 595,78 €
Total do Passivo		81 971 379,33 €	65 134 417,33 €
Total do capital próprio e do Passivo		504 880 189,05 €	491 032 996,48 €



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	13/14/23	11 602 757,20 €	10 496 426,82 €
Vendas	13/23	2 749 270,80 €	2 317 347,41 €
Prestações de serviços e concessões	13/23	11 616 636,42 €	10 213 297,94 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23		-0,02 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	23 203 751,93 €	23 897 097,39 €
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	13	102 233,20 €	90 679,74 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-3 839 559,13 €	-3 595 482,61 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-20 582 740,96 €	-15 403 753,15 €
Gastos com o pessoal	23	-14 070 354,06 €	-13 257 648,96 €
Transferências e subsídios concedidos		-7 903 471,12 €	-6 775 491,57 €
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	-201 798,74 €	-221 415,77 €
Provisões (aumentos/reduções)		-1 851 334,69 €	-1 915 373,39 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13/14	13 721 870,12 €	13 522 706,55 €
Outros gastos	23	-1 398 968,36 €	-1 666 586,12 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		13 148 292,61 €	17 701 804,26 €
Gastos/reversões de depreciações e amortização	3/5	-18 714 911,08 €	-19 043 413,76 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-5 566 618,47 €	-1 341 609,50 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	151 188,09 €	160 613,14 €
Juros e gastos similares suportados	7	-27 367,49 €	-30 603,52 €
Resultados antes de impostos		-5 442 797,87 €	-1 211 599,88 €
Imposto sobre o rendimento		2 505,23 €	3 135,74 €
Resultado líquido do período		-5 440 292,64 €	-1 208 464,14 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-5 440 292,64 €	-1 208 464,14 €



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Definição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decompartas da transmissão de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do exercício	Total	Reservas que não controlam	Total do capital próprio
Posição no início do Período	18	62 817 956,48 €	0,00 €	7 069 534,63 €	0,00 €	0,00 €	228 761 579,71 €	56 013 570,97 €	0,00 €	72 298 741,79 €	-1 208 464,14 €	425 752 819,44 €	145 659,71 €	425 898 579,15 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças da conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 397 858,43 €	-225 748,28 €		908 473,37 €	1 208 464,14 €	-608 666,20 €	-145 659,71 €	-652 329,91 €
Realização do excedente de reavaliação de ativos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 397 858,43 €	-225 748,28 €	0,00 €	-1 494 159,37 €	1 208 464,14 €	-2 909 301,94 €	-145 659,71 €	-3 054 861,65 €
Transferências e subsídios de capital														
Excedente de reavaliação e respectivas variações										-2 402 632,74 €		-2 402 632,74 €		-2 402 632,74 €
Outras alterações reconhecidas no património líquido	2													
Resultado Líquido do Período	3													
Resultado Integral	4 = 2 + 3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES CAPITAL PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	5						3 860 404,10 €			-109 823,79 €		3 750 780,31 €		3 750 780,31 €
							3 860 404,10 €			-109 823,79 €		3 750 780,31 €		3 750 780,31 €
Subtotal sem movimentos e consolidação	6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5	62 817 956,48 €	0,00 €	7 069 534,63 €	0,00 €	0,00 €	230 224 125,38 €	55 787 822,69 €	0,00 €	70 894 958,63 €	-6 535 120,14 €	420 059 277,67 €	0,00 €	420 059 277,67 €
MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	7													
Posição no fim do Período	18	62 817 956,48 €	0,00 €	7 069 534,63 €	0,00 €	0,00 €	285 539 364,97 €	-27 543,22 €	0,00 €	72 793 111,21 €	-5 440 282,64 €	422 752 131,43 €	156 876,29 €	422 908 899,72 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Notas	31/Dez/2022		
		Fluxos Iniciais	Mov. consolidação	Fluxos consolidados
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		17 066 423,29	1 005 296,24	16 061 127,05
Recebimentos de contribuintes		10 709 557,57		10 709 557,57
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		24 175 408,00	264 042,81	23 911 365,19
Recebimentos de utentes		3 147,28		3 147,28
Pagamentos a fornecedores		20 344 967,69	610 026,11	19 734 941,58
Pagamentos ao pessoal		9 920 268,09		9 920 268,09
Pagamentos a contribuintes/Utentes		-		-
Pagamentos de transferências e subsídios		9 170 802,80	993 876,97	8 176 925,83
Pagamentos de prestações sociais		-		-
Caixa gerada pelas operações		12 518 497,56	334 564,03	12 853 061,59
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-		-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		3 161,09		3 161,09
Outros recebimentos		3 164 797,17	334 774,84	2 830 022,33
Outros pagamentos		12 736 325,71	210,81	12 736 114,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 950 130,11	0,00	2 950 130,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		2 962 932,45		2 962 932,45
Ativos intangíveis		234 992,82		234 992,82
Propriedades de investimento		-		-
Investimentos financeiros		-		-
Outros ativos		-		-
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		899 894,00		899 894,00
Ativos intangíveis		-		-
Propriedades de investimento		300 754,41		300 754,41
Investimentos financeiros		-		-
Outros ativos		-		-
Subsídios ao investimento		3 450,00		3 450,00
Transferências de capital		2 049 901,11		2 049 901,11
Juros e rendimentos similares		138 696,84		138 696,84
Dividendos		30 687,76		30 687,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		225 458,85	-	225 458,85
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-		-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-		-
Cobertura de prejuízos		31 794,94		31 794,94
Doações		-		-
Outras operações de financiamento		-		-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		489 368,90		489 368,90
Juros e gastos similares		50,18		50,18
Dividendos		-		-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-		-
Outras operações de financiamento		-		-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		457 644,14	-	457 644,14
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 717 944,82	0,00	2 717 944,82
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		118 946 260,32		118 946 260,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		121 664 205,14	0,00	121 664 205,14

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**

Anulação de fluxos financeiros Grupo - Indicação por rubrica da demonstração de fluxos de caixa dos fluxos anulados no processo de consolidação.

RECEBIMENTOS DE CLIENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
-610 026,11 €	SMCB	Município	Regularização do montante recebido pelos Serviços Municipalizados do Município pelo pagamento de fornecimento de água, saneamento e resíduos.
-70,27 €	Município	Albigec	Regularização do montante recebido pelo Município da Albigec pelo pagamento da taxa de inspeção periódica de elevadores.
-395 059,32 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec de cobertura de prejuízos (145.249,65€) e do Contrato Programa (249.806,67€).
-140,54 €	Município	CATAA	Regularização do montante recebido pelo Município da CATAA pelo pagamento da taxa de inspeção periódica de elevadores.
-1 005 296,24 €	Subtotal Recebimentos de Clientes		

RECEBIMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
-264 042,81 €	SMCB	Município	Regularização dos montantes pagos pelo Município relativo à tarifa social e outros apoios sociais.
-264 042,81 €	Subtotal Recebimentos de Transferências e Subsídios Correntes		

PAGAMENTO A FORNECEDORES

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
610 026,11 €	SMCB	Município	Regularização do montante pago pelo Município aos SMCB pelo fornecimento de água, saneamento e resíduos.
610 026,11 €	Subtotal Pagamentos a Fornecedores		



PAGAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
264 042,81 €	SMCB	Município	Regularização dos montantes pagos pelo Município relativo à tarifa social e outros apoios sociais.
395 059,32 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec de cobertura de prejuízos (145.249,65€) e do Contrato Programa (249.806,67€).
334 774,84 €	CATAA	Município	Regularização do montante recebido pela CATAA relativo ao Projeto Fusilli (13.389,24€) e do Contrato Programa (321.385,60€).
993 876,97 €	<i>Subtotal Pagamentos de Transferências e Subsídios Correntes</i>		

OUTROS RECEBIMENTOS

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
-334 774,84 €	CATAA	Município	Regularização do montante recebido pela CATAA relativo ao Projeto Fusilli (13.389,24€) e do Contrato Programa (321.385,60€).
-334 774,84 €	<i>Subtotal Outros Recebimentos</i>		

OUTROS PAGAMENTOS

Valor	Recebido por	Pago por	Descritivo
70,27 €	Município	Albigec	Regularização do montante recebido pelo Município da Albigec pelo pagamento da taxa de inspeção periódica de elevadores.
140,54 €	Município	CATAA	Regularização do montante recebido pelo Município da CATAA pelo pagamento da taxa de inspeção periódica de elevadores.
210,81 €	<i>Subtotal Outros Pagamentos</i>		

VARIAÇÃO LÍQUIDA TOTAL DO FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO

Valor	Descritivo
-0,00	Não existe qualquer variação resultante da anulação dos fluxos financeiros entre o grupo, em virtude de tudo o que foi pago num lado, foi recebido, dentro do mesmo período, no outro lado.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas nas NCP.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, contudo estão incluídas no documento, com a menção "Não Aplicável".

Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública - SNC-AP – Divulgação transitória

Em 01 de janeiro de 2020, tanto o Município de Castelo Branco (entidade consolidante) como os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (entidade consolidada) transitaram para o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº195/2015, de 11 de setembro.

A entidade consolidada Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A., manteve em 2022 o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A entidade consolidada CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco, manteve em 2022 o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor não Lucrativo - SNC – ESNL.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2022 foram preparadas em conformidade com o referido referencial contabilístico SNC-AP, tendo sido respeitados os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do grupo público do Município de Castelo Branco, das alterações à sua posição financeira, do seu desempenho financeiro e dos seus fluxos de caixa.



Q
 J
 PA

1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade, período de relato

Entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Entidades a consolidar		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			%
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	100,00%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal, 6000-458 Castelo Branco	100,00%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	94,00%

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and the number '2'.

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			%
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	0,77%
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrás, 7480-352 Figueira e Barros	6,00%
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/c, 1400-195 Lisboa	0,19%

Período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem ao ano 2022.

Handwritten signature or mark on the right side of the page.

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, prevista no SNC-AP, que estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo público com vista a apresentar a sua situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa como de uma única entidade se tratasse.



Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis com as do ano anterior, dado que o perímetro de consolidação foi o mesmo, sendo apenas de referir uma alteração de procedimento, que se descreve de seguida.

Em 2022, nos lançamentos de anulação das participações financeiras das respetivas entidades incluídas no perímetro, foram também anulados os montantes registados na conta 57 – Ajustamentos em ativos financeiros, em vez de só compensado pela rubrica 56 – Resultados transitados. Em termos de reflexo nas demonstrações financeiras consolidadas esta alteração de procedimento resulta em variações entre estas duas rubricas de 2021 para 2022, mas que se compensam entre si, sendo o impacto na situação Patrimonial Líquida o mesmo, independentemente de qual seja o procedimento adotado, razão pela qual se pode referir que esta alteração de procedimento não prejudica significativamente a leitura das referidas demonstrações financeiras.

Valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes estavam disponíveis para uso.

Desagregação de caixa e seus equivalentes

Conta	2022	2021
Caixa	16 669,10 €	14 894,90 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	28 944 651,85 €	90 978 375,58 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	92 702 884,19 €	27 952 989,84 €
Depósitos consignados		
Total	121 664 205,14 €	118 946 260,32 €

Para efeitos de Consolidação dos Fluxos de Caixa só foram anulados os movimentos de tesouraria entre as entidades que se verificaram efetivamente no exercício de 2021, ou seja, os movimentos por bancos e/ou caixa derivados de recebimentos ou pagamentos, considerando todos os outros valores de recebimentos e pagamentos a 100%, excepto no que respeita à participação da CATAA a qual foi anulada na quota-parte (94%).

Relativamente ao ano 2022, não se verificou qualquer necessidade de anulação de movimentos de tesouraria.



O valor dos saldos de caixa e seus equivalentes constante no Balanço consolidado difere do saldo orçamental constante da demonstração consolidada do desempenho orçamental, dado que no perímetro de consolidação orçamental está apenas incluída a Entidade consolidante e os Serviços Municipalizados.

O Balanço consolidado apresenta um valor de 121.664.205,14€ e a Demonstração do desempenho orçamental apresenta o valor de 121.273.398,92€, conforme se discrimina no quadro abaixo:

Entidade	Tipo	Balanço Consolidado			Demonstração Desempenho Orçamental
		Caixa e Depósitos à	Depósitos a prazo	Total	
CMCB	Entidade Consolidante	18 452 699,29 €	27 702 884,19 €	46 155 583,48 €	47 029 652,40 €
SMCB	Entidade Consolidada	10 367 815,44 €	64 750 000,00 €	75 117 815,44 €	74 243 746,52 €
SubTotal		28 820 514,73 €	92 452 884,19 €	121 273 398,92 €	121 273 398,92 €
Albigec *	Entidade Consolidada	59 333,07 €	250 000,00 €	309 333,07 €	0,00 €
Cataa *	Entidade Consolidada	81 473,15 €	0,00 €	81 473,15 €	0,00 €
SubTotal		140 806,22 €	250 000,00 €	390 806,22 €	0,00 €
Total		28 961 320,95 €	92 702 884,19 €	121 664 205,14 €	121 273 398,92 €

* Estas entidades não integram o perímetro da contabilidade orçamental

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.



Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC2).

As depreciações e amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC-AP são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As depreciações e amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC/SNC-ESNL, foram calculadas pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC/SNC-ESNL para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP, o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas pelo mesmo valor, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.



Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

Provisões

As Entidades analisam com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Financiamentos obtidos

As dívidas a pagar relativas a financiamentos obtidos encontram-se reconhecidas pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo método do custo, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.



Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade.

Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

3 — Ativos intangíveis

Ativos intangíveis consolidados
Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Conta	Início do período				Final do período			
		Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440				0,00 €				0,00 €
Goodwill	441				0,00 €				0,00 €
Projetos de desenvolvimento	442				0,00 €				0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443	1 997 889,93 €	1 890 638,23 €		107 251,70 €	1 273 795,54 €	1 039 074,95 €		234 720,59 €
Propriedade Industrial e Intelectual	444				0,00 €				0,00 €
Outros	446	280 036,30 €	280 036,30 €		0,00 €	223 904,30 €	185 318,73 €		38 585,57 €
Ativos Intangíveis em curso	454	53 145,35 €			53 145,35 €	120 932,37 €			120 932,37 €
TOTAL		2 331 071,58 €	2 170 674,53 €	0,00 €	160 397,05 €	1 618 632,21 €	1 224 393,68 €	0,00 €	394 238,53 €

Ativos intangíveis consolidados
Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Conta	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	
			Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período		Diminuições
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440									
Goodwill	441									
Projetos de desenvolvimento	442									
Programas de computador e sistemas de informação	443	107 251,70 €	277 312,43 €					136 143,73 €	13 699,81 €	234 720,59 €
Propriedade industrial e intelectual	444									
Outros	446		43 296,00 €					4 710,43 €		38 585,57 €
Ativos Intangíveis em curso	454	53 145,35 €	67 787,02 €							120 932,37 €
TOTAL		160 397,05 €	388 395,45 €	- €	- €	- €	- €	140 854,16 €	13 699,81 €	394 238,53 €

Ativos intangíveis consolidados
Adições

RUBRICAS	Conta SNC-AP	Adições										
	44	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Exprop.	Doação	Doação em Pagamento	Locação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440											- €
Goodwill	441											- €
Projetos de desenvolvimento	442											- €
Programas de computador e sistemas de informação	443		277 312,43 €									277 312,43 €
Propriedade Industrial e Intelectual	444											- €
Outros	446		43 296,00 €									43 296,00 €
Ativos intangíveis em curso	454		67 787,02 €									67 787,02 €
TOTAL		- €	388 395,45 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	388 395,45 €

Os ativos intangíveis nas entidades SNC/SNC-ESNL tem valor líquido muito reduzido (105,20€), pelo que não foi efetuado procedimentos de conversão das respetivas vidas úteis para SNC-AP.

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

(Transcrição das notas incluídas nas contas individuais)

Município de Castelo Branco

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

(a) Uma descrição do acordo;

(b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);

(c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

- I. Direitos de usar ativos especificados;
- II. Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;
- III. Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;
- IV. Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços.



Handwritten initials in blue ink at the top right of the page.

O valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização) é o seguinte:

31/12/2020 – 5.406.393 euros

31/12/2021 – 5.760.615 euros

31/12/2022 – 7.123.003 euros

Entendemos que os valores de resgate/indemnização apurados pela E-Redes, segundo a análise prévia efetuada, apenas serão aplicáveis no caso resgate antecipado da concessão.

- I. Opções de reforma e de cessação;
- II. Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais);
- III. Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento.

d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato

Não Aplicável.

4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

Tal como já referido em 2021 esta é uma temática complexa, sendo por vezes difícil obter informações suficiente, para poder proceder aos registos previstos na NCP4.

Quase sempre, quando obtida informação, o tratamento a dar tem de ser analisado caso, a caso. Desta forma, e terminando o prazo para a adoção do SNC-AP, em termos de matérias complexas em 31/12/2022, considerou-se que apesar de terem de ser tidos em consideração alguns pressupostos, seria pertinente o registo, pelo menos das concessões mais relevantes que o Município tem.

Neste âmbito surge a concessão da E-Redes, entidade que apesar de não disponibilizar toda informação da forma que seria ideal, já permite, mediante alguns pressupostos, dar tratamento à mesma. De referir que caso de futuro venha a ser disponibilizada mais informação, ou venham a existir entendimentos diferentes acerca da forma de tratar/registar a informação, o Município procederá em consonância.

O Município continuará alerta para os desenvolvimentos desta temática e continuará a analisar o assunto e a tentar identificar outras potenciais situações em que a NCP4 deva de ser aplicada.

Situações que tiveram tratamento contabilístico em 2022 no âmbito da NCP4:

E-Redes – Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão

Handwritten signature in black ink at the bottom right of the page.



Solicitados os dados à E-Redes foram recebidos os dados abaixo indicados de 2022 ainda provisórios (não foi possível ao município efetuar qualquer conferência dos montantes comunicados nem identificado o final da concessão):

Ativos fixos da concessão

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	56 226 993,36 €	- 43 904 973,86 €	12 322 019,50 €
Postos Transformação e Seccionamento	16 047 829,64 €	- 12 585 724,59 €	3 462 105,05 €
Redes aéreas	12 659 923,70 €	- 9 930 841,93 €	2 729 081,77 €
Redes subterrâneas	7 319 291,40 €	- 5 828 535,84 €	1 490 755,56 €
Chegadas aéreas	3 256 121,75 €	- 2 836 276,15 €	419 845,60 €
Chegadas subterrâneas	3 298 985,60 €	- 2 646 070,59 €	652 915,01 €
Contadores e acessórios	4 884 372,86 €	- 4 726 812,75 €	157 560,11 €
Iluminação pública	7 194 827,29 €	- 4 661 653,31 €	2 533 173,98 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	1 565 641,12 €	- 689 058,70 €	876 582,42 €
Subsídios ao Investimento	- 15 787 818,96 €	11 888 816,36 €	- 3 899 002,60 €
Postos Transformação e Seccionamento	- 4 468 295,33 €	3 675 681,17 €	- 792 614,16 €
Redes aéreas	- 2 668 114,39 €	1 881 407,35 €	- 786 707,04 €
Redes subterrâneas	- 3 519 624,90 €	2 560 968,13 €	- 958 656,77 €
Chegadas aéreas	- 1 016 913,23 €	857 441,43 €	- 159 471,80 €
Chegadas subterrâneas	- 1 488 493,04 €	1 040 915,61 €	- 447 577,43 €
Contadores e acessórios	- 1 455,41 €	150,68 €	- 1 304,73 €
Iluminação pública	- 2 623 145,24 €	1 872 066,54 €	- 751 078,70 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 1 777,42 €	185,45 €	- 1 591,97 €
Total	40 439 174,40 €	- 32 016 157,50 €	8 423 016,90 €

"Informação de 2022, ainda provisória e não auditada"

Atendendo a que a NCP4 prevê o registo dos bens em concessão no concedente, apesar de a informação prestada pela E-Redes não ser totalmente completa (não reportam o montante das depreciações do período), mas como envolve montantes expressivos, considerou-se como sendo relevante o seu registo tomando alguns pressupostos.

Analisada a concessão, à luz da NCP4 verifica-se que esta concessão é a do modelo de atribuição de um direito, ou seja, a de permitir, neste caso, à E-Redes explorar a distribuição de eletricidade de baixa tensão.

Este modelo, em termos muito simplificados, assenta na necessidade de registar no concedente (o Município) os bens da concessão, incluindo os edificados pelo concessionário, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão. De referir, que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária (situação prevista no contrato de concessão).



Solicitados os dados à E-Redes foram recebidos os dados abaixo indicados de 2022 ainda provisórios (não foi possível ao município efetuar qualquer conferência dos montantes comunicados nem identificado o final da concessão):

“Quanto ao mapa de 31 de dezembro de 2022, informamos que esta informação está a ser preparada e será disponibilizada na área acima referida após conclusão do processo de certificação das contas reguladas da E-REDES, o qual prevemos que esteja terminado até final do mês de abril.

Tal como foi feito no ano passado, caso prefiram utilizar informação ainda provisória e não auditada, enviamos os seguintes dados em formato simplificado, os quais poderão ser diferentes dos valores finais a reportar.”

As situações de potenciais acordos de concessão que estão atualmente em análise é a seguinte:

Acordos de concessão

Acordos de Concessão	Concessionário	Natureza da concessão	Período da concessão	Valor do contrato anual
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Concelho de Castelo Branco	E-Redes Distribuição de Eletricidade, S.A.	Contrato de Concessão de Serviço Público	20 anos	2 732 044,24 €

E-Redes – Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.



Não informando a E-Redes o valor das depreciações do período, estimaram-se as mesmas, tendo por base os anos de vida útil reportados pela E-Redes, assim como informação do mapa definitivo de 2021, com a qual foi possível apurar o rácio de montante do ativo fixo bruto que ainda está a “gerar” depreciações e aplicar esse mesmo rácio aos valores de 2022 provisórios.

Lógica similar foi aplicada aos subsídios ao investimento conexos.

Por fim é feito o reconhecimento na rubrica 72 de prestações de serviços do diferencial entre as depreciações e subsídios ao investimento, tornando estes registos neutros em termos de efeitos no resultado líquido do Município e permitindo que o valor da rubrica 2824 fique a refletir o valor líquido dos bens em 31/12/2022.

De seguida esquematiza-se a informação para facilitar a sua interpretação:

Acordos de Concessão - Reconhecimento inicial

Descrição	Reconhecimento/ Situação Inicial (1)	Depreciações/ Reconhecimento rendimentos do período (2)	Outras variações no período (3)	Saldo final
Ativo Fixo Tangível (430x)				
Valores Brutos	56 226 993,36 €			56 226 993,36 €
Depreciações acumuladas	-42 652 995,95 €	-1 251 977,91 €		-43 904 973,86 €
Subsídios ao Investimento (59)				
Valores Brutos	-15 787 818,96 €			-15 787 818,96 €
Valores reconhecidos em rendimentos acumulados	11 409 599,14 €	479 217,22 €		11 888 816,36 €
Valor Líquido dos bens	9 195 777,59	- 772 760,69 €	- €	8 423 016,90 €
2824 - Passivo da Concessão	-9 195 777,59	772 760,69 €	- €	- 8 423 016,90 €

(1) - Em 2022, no reconhecimento inicial apenas foi estimada a situação inicial tendo em conta as depreciações acumuladas em 31/12/2022 retiradas das depreciações do período estimada

(2) Montantes estimados de depreciações e subsídios ao investimento do período, com a respetiva compensação do passivo da concessão registado em proventos.

(3) Coluna que nos anos seguintes ao reconhecimento inicial servirá para refletir os ajustamentos necessários de registar no património para ser possível refletir os novos valores reportados pela concessionária. Será nesta coluna que se refletirá o impacto líquido das compras, alienações e abates ocorridos no ano.

Além dos montantes já referidos, o Município recebe, e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2022 ascenderam a 2.732.044,24€ e que são tratadas de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.



Serviços Municipalizados de Castelo Branco

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

a) Uma descrição do acordo;

Contrato	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	Águas do Vale do Tejo, SA	Ativos em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	35 anos	31 022 287,80 €	31 022 287,80 €	- €	- €

Na sequência da legislação que criou o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento, o Município de Castelo Branco aderiu ao mesmo no ano de 2008.

Considerando a complexidade da matéria envolvida, a ausência de orientação técnica por parte das entidades competentes sobre a sua aplicação à concessão e a ausência da informação que seria necessária dispor para se aplicar a norma na sua plenitude poderá de futuro concluir-se que poderão ser necessários efetuar procedimentos com vista a uma melhor adequação à norma. É assumido o compromisso de posteriormente se aprofundar a interpretação nos anos seguintes.

O valor atualmente registado em proveitos diferidos e a reconhecer no futuro por conta desta concessão é de 16.988.396,58€. Este valor refere-se apenas às rendas de concessão, não contemplando a parte da indemnização.

b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);

Ver quadro acima.

c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

(i) **Direitos de usar ativos especificados;**

Foi transferido para o Sistema Multimunicipal as infraestruturas municipais de abastecimento de água e saneamento em “alta”, nomeadamente:

No abastecimento de água:

- As barragens, as captações, as estações de tratamento, as redes de adução, as estações elevatórias e todos os reservatórios, pertencentes ao município.



No saneamento de águas residuais:

- As estações de tratamento de águas residuais pertencentes ao município.

(ii) **Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;**

O concessionário é responsável pela exploração e manutenção das infraestruturas acima descritas.

(iii) **Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;**

Atualmente encontram-se em curso duas concessões de serviços em alta, designadamente:

- Concessão do serviço de captação e tratamento de água para abastecimento e do serviço de tratamento de águas residuais, à empresa Águas do Vale do Tejo, SA;
- Concessão do serviço seleção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, à empresa VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA.

Relativamente aos ativos afetos à concessão nos quadros infra identifica-se os respetivos valores acumulados e quantidade de ativos, por conta.

Águas do Vale do Tejo, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quant.
4309	Outros terrenos e recursos naturais	278 817,35 €	0,00 €	278 817,35 €	22
43027	Barragens	2 104 888,31 €	762 226,90 €	1342 661,41 €	2
43029	Edifícios e Outras Construções - Outros	8 558 938,02 €	4 166 580,41 €	4 412 357,61 €	37
43036	Sistemas de Abastecimento Água	4 625 086,73 €	4 560 325,86 €	64 660,87 €	70
4332	Eq. p/investg. e formação, med. e util. técn. Esp.	12 668,97 €	12 668,97 €	0,00 €	35
4335	Eq. e mater. p/serv. aliment., rouparia e lavand.	138,68 €	138,68 €	0,00 €	2
4336	Eq. p/agricultura, pesca e jardinagem	877,29 €	877,29 €	0,00 €	4
4337	Equipamento e material de apoio à produção	300 701,81 €	300 701,81 €	0,00 €	603
4338	Equipamento militar, de segurança e defesa	6 254,93 €	6 254,93 €	0,00 €	39
4342	Transportes rodoviários	6 733,77 €	6 733,77 €	0,00 €	1
4349	Equipamento de Transporte - Outros	5 308,61 €	5 308,61 €	0,00 €	2
4351	Equip. informático e de telecomunicações	76 19,77 €	76 19,77 €	0,00 €	52
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo	5 082,56 €	5 082,56 €	0,00 €	236
4371	Equipamento de oficinas e reparações	820,69 €	820,69 €	0,00 €	16
4372	Eq. de decoração e conforto, de util. Comum	5 653,48 €	5 653,48 €	0,00 €	177
4374	Eq. de acondicionamento de embalagens	4 987,98 €	4 987,98 €	0,00 €	5
Total		15 993 078,95 €	9 894 481,71 €	6 098 497,24 €	1303



VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quant.
43039	Bens de Domínio Público - Outras Infraestruturas	5 852,43 €	5 852,43 €	0,00 €	1
4337	Equip. Básico - Equip. e material de apoio à produção	180 264,00 €	179 157,30 €	1 106,70 €	571
Total		186 116,43 €	185 009,73 €	1 106,70 €	572

(iv) Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

No final da concessão os bens retornarão à propriedade dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

(v) Opções de reforma e de cessação;

Ambas as partes acordaram que o incumprimento das cláusulas do contrato por qualquer das partes determinará a invocação da sua resolução com justa causa pela parte não inadimplente, nos termos gerais previstos no art.º 432 e seguintes do Código Civil.

(vi) Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais);

Não aplicável.

(vii) Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento; e

Os concessionários têm o direito de aceder e gerir os bens afetos à cada uma das concessões, não tendo acesso a quaisquer outros ativos da concedente.

(d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.

Não aplicável.

4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

A informação acima descrita respeita as características de cada acordo de concessão em vigor à data das demonstrações financeiras.



[Handwritten signatures and initials]

5 — Ativos fixos tangíveis

5.1 — Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

Ativos fixos tangíveis consolidados
Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	981 240,67 €	0,00 €		981 240,67 €	1 033 267,20 €	0,00 €		1 033 267,20 €
Edifícios e outras construções	18 335 518,22 €	8 274 506,61 €		10 061 011,61 €	19 600 198,06 €	9 407 112,00 €		10 283 085,99 €
Infraestruturas	210 247 598,42 €	126 131 647,25 €		84 115 951,17 €	209 626 932,06 €	179 620 420,25 €		90 008 512,71 €
Património histórico, artístico e cultural	1 386 130,43 €	200 488,83 €		1 185 641,60 €	1 388 630,43 €	220 147,93 €		1 168 482,50 €
Outros	183 552,90 €	19 490,55 €		164 062,35 €	212 952,67 €	48 291,35 €		164 661,32 €
Bens de domínio público em curso	13 418 697,75 €	0,00 €		13 418 697,75 €	1 674 227,19 €	0,00 €		1 674 227,19 €
	244 562 738,39 €	134 626 133,24 €	0,00 €	109 926 605,15 €	283 626 209,43 €	189 295 972,52 €	0,00 €	104 332 236,91 €
Ativos Fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	278 817,35 €	0,00 €		278 817,35 €	278 817,35 €	0,00 €		278 817,35 €
Edifícios e outras construções	10 663 626,33 €	4 667 881,39 €		5 995 744,94 €	10 663 626,33 €	4 608 807,31 €		5 755 019,02 €
Infraestruturas	4 630 939,28 €	4 508 819,08 €		122 120,19 €	4 630 939,26 €	4 566 278,39 €		64 660,87 €
Equipamento básico	500 905,68 €	498 459,38 €		4 446,30 €	500 905,68 €	500 905,68 €		0,00 €
Equipamento de transporte	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €
Equipamento administrativo	81 202,33 €	81 202,33 €		0,00 €	81 202,33 €	81 202,33 €		0,00 €
Outros	11 462,15 €	11 462,15 €		0,00 €	11 462,15 €	11 462,15 €		0,00 €
	16 179 195,48 €	9 807 869,71 €	0,00 €	6 371 325,77 €	16 179 195,48 €	10 080 698,24 €	0,00 €	6 098 497,24 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	76 899 586,86 €	0,00 €		76 899 586,86 €	76 812 566,17 €	0,00 €		76 812 566,17 €
Edifícios e outras construções	190 629 255,76 €	54 870 184,52 €		135 759 071,24 €	185 010 083,82 €	59 630 821,15 €		135 179 262,47 €
Equipamento básico	8 795 145,51 €	7 490 780,52 €		1 304 364,99 €	8 992 900,06 €	7 496 347,34 €		1 496 552,74 €
Equipamento de transporte	3 924 439,85 €	3 022 536,89 €		901 902,96 €	4 186 439,28 €	3 247 718,51 €		918 720,77 €
Equipamento administrativo	6 133 143,06 €	5 275 050,41 €		858 092,65 €	6 148 739,79 €	5 577 088,37 €		571 651,42 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros	2 231 015,06 €	1 826 210,42 €		404 804,64 €	2 310 056,29 €	1 949 563,21 €		360 493,08 €
Ativos fixos tangíveis em curso	9 481 913,92 €	0,00 €		9 481 913,92 €	23 063 980,53 €	0,00 €		23 063 980,53 €
	298 064 480,04 €	72 484 782,76 €	0,00 €	225 579 717,28 €	316 524 745,78 €	78 101 538,58 €	0,00 €	238 423 207,18 €
TOTAL	558 798 413,91 €	218 918 782,71 €	0,00 €	341 877 631,20 €	628 332 150,67 €	277 478 208,34 €	0,00 €	348 853 941,33 €

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Q

Ativos fixos tangíveis consolidados
Quantia escriturada e variação do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	981 240,87 €	52 026,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 033 267,20 €
Edifícios e outras construções	10 061 011,81 €	2 017,20 €	1 352 663,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 061 408,69 €	78 905,37 €	10 275 378,31 €
Infraestruturas	84 115 951,17 €	111 411,99 €	3 357 798,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 757 313,71 €	141 352,72 €	77 666 493,21 €
Património histórico, artístico e cultural	1 185 641,80 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19 659,10 €	0,00 €	1 168 482,50 €
Outros	164 062,35 €	29 399,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	26 890,80 €	0,00 €	164 661,32 €
Bens de domínio público em curso	13 418 607,75 €	6 511 790,81 €	-4 454 020,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	40 706,51 €	15 435 781,31 €
Ativos fixos em concessão									0,00 €
Terrenos e recursos naturais	278 617,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	278 617,35 €
Edifícios e outras construções	5 965 944,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	210 625,62 €	0,00 €	5 755 019,02 €
Infraestruturas	122 120,16 €	56 226 963,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 309 437,22 €	42 662 995,95 €	12 388 660,37 €
Equipamento básico	4 446,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 446,30 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	116 297 933,92 €	62 936 139,66 €	256 439,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 391 091,74 €	42 913 960,55 €	124 184 560,59 €
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	78 889 566,86 €	620 695,15 €	-1 250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	678 445,84 €	78 812 566,17 €
Edifícios e outras construções	135 759 071,24 €	1 808 075,77 €	2 842 536,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 648 421,01 €	374 292,81 €	135 186 970,15 €
Equipamento básico	1 304 364,99 €	582 143,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	363 436,37 €	6 516,89 €	1 498 552,74 €
Equipamento de transporte	901 902,98 €	241 999,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	225 181,62 €	0,00 €	918 720,77 €
Equipamento administrativo	658 092,65 €	59 997,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	339 487,19 €	6 951,66 €	571 651,42 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	404 804,66 €	74 650,95 €	4 190,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	113 665,51 €	9 467,28 €	360 493,08 €
Ativos fixos tangíveis em curso	9 481 913,92 €	3 082 790,75 €	-3 122 293,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	99 984,34 €	9 322 426,41 €
	225 579 717,28 €	6 430 552,68 €	-276 818,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 690 413,70 €	1 173 658,62 €	224 669 389,74 €
TOTAL	341 677 651,20 €	69 388 662,34 €	-20 377,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 282 465,44 €	44 067 619,37 €	348 653 941,33 €

Handwritten signatures and initials on the right side of the table, including 'A', 'B', 'C', and 'D'.

Handwritten signature at the bottom right of the page.



Ativos fixos tangíveis consolidados
Adições

RUBRICAS	Adições											Total
	Interno	Compra	Costo	Transferência em massa	Espropriação	Doação, heranças e outras	Debito em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terras e recursos naturais	0,00 €	7 108,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 920,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52 028,53 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	2 017,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 017,20 €
Infraestruturas	0,00 €	108 293,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 118,53 €	0,00 €	111 411,99 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	2 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 500,00 €
Outras	0,00 €	29 399,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29 399,77 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	8 511 790,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 511 790,81 €
Ativos fixos em concessão												
Terras e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58 228 903,38 €	0,00 €	58 228 903,38 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	6 850 107,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 920,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58 232 111,88 €	0,00 €	62 936 130,68 €
Outros ativos fixos tangíveis												
Terras e recursos naturais	0,00 €	98 080,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	391 122,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	131 512,31 €	0,00 €	620 895,15 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	310 419,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 281 625,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	218 030,00 €	0,00 €	1 808 075,77 €
Equipamento básico	0,00 €	582 143,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	582 143,01 €
Equipamento de transporte	0,00 €	208 840,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35 350,43 €	0,00 €	241 990,43 €
Equipamento administrativo	0,00 €	59 997,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59 997,82 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	74 850,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	74 850,95 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	3 082 790,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 082 790,75 €
	0,00 €	4 374 902,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 672 748,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	382 901,74 €	0,00 €	6 430 552,68 €
TOTAL	0,00 €	11 634 606,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 717 968,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58 615 013,62 €	0,00 €	69 348 882,34 €

Ativos fixos tangíveis consolidados
Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-78 905,37 €	-78 905,37 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-141 352,72 €	-141 352,72 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-40 706,51 €	-40 706,51 €
Ativos fixos em concessão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-42 652 995,95 €	-42 652 995,95 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-42 913 960,55 €	-42 913 960,55 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-676 445,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-676 445,84 €
Edifícios e outras construções	-1 555,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-372 737,11 €	-374 292,81 €
Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 516,89 €	-6 516,89 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 951,66 €	-6 951,66 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-9 467,28 €	-9 467,28 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-99 984,34 €	-99 984,34 €
	-678 001,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-495 657,28 €	-1 173 658,82 €
TOTAL	-678 001,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-43 409 617,83 €	-44 087 619,37 €

Como já foi referido, não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC/SNC-ESNL para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP, o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

**6 — Locações**

Não Aplicável.

7 — Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada para os custos de empréstimos obtidos, valor de custos capitalizados e taxa de capitalização usada

Todos os gastos incorridos com os empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos no exercício.

Apenas a entidade consolidante apresenta valor na rubrica de empréstimos obtidos, e este Município optou por não capitalizar os gastos incorridos com os empréstimos obtidos.

Total de gastos do exercício com empréstimos obtidos

Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
27 089,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27 089,66 €
27 089,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27 089,66 €

Importa ainda referir que as rubricas de financiamento obtidos do Balanço Consolidado incluem, para além da informação dos empréstimos bancários, também as subvenções e subsídios reembolsáveis, conforme se discrimina no quadro abaixo.

Total da dívida consolidada de empréstimos obtidos

Designação	Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
Empréstimos bancários					
Passivo Não Corrente	1 312 061,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 312 061,96 €
Passivo Corrente	488 489,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	488 489,87 €
Subvenções e Subsídios reembolsáveis					
Passivo Não Corrente	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivo Corrente	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	1 800 551,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 800 551,83 €



8 — Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento refere-se apenas à entidade consolidante, uma vez que as entidades consolidadas não apresentam este tipo de investimento.

O Município de Castelo Branco adota o modelo do custo relativamente às suas Propriedades de Investimento.

Nos termos da NCP 8, "Propriedade de investimento" é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas, que não sejam rendas sociais, ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para vender no decurso normal das operações.

Nos termos das definições referidas, a classificação em propriedade de investimento resulta sempre do fim principal a que se destina o ativo correspondente, pelo que a existência de rendas não significa que o ativo correspondente tenha esse único fim.

O método de depreciação utilizado foi o método da linha reta e as vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas são as definidas de acordo com o Classificador Complementar.

Propriedades de investimento consolidadas Quantia escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações (modelo do custo)						Quantia escriturada final (10)	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Depreciações do período (5)	Perdas por imparidade (6)	Reversões de perdas por imparidade (7)	Diferença cambial (8)		Diminuições (9)
Propriedades de investimento									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	1 568 670,40 €		1 250,00 €						1 569 920,40 €
Edifícios e outras construções	12 080 816,46 €		22 453,70 €	291 651,48 €				-830,93 €	11 810 787,75 €
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de investimento em curso									
Total	13 649 486,86 €	0,00 €	23 703,70 €	291 651,48 €	0,00 €	0,00 €		-830,93 €	13 380 708,15 €



Propriedades de investimento consolidadas

Adições

Rubricas (1)	Adições (modelo do custo)									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Propriedades de investimento										
Bens de domínio público										0,00 €
Terrenos e recursos naturais										0,00 €
Edifícios e outras construções										0,00 €
Outras propriedades de investimento										0,00 €
Propriedades de investimento em curso										0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

9 — Imparidade de ativos

O grupo público do Município de Castelo Branco tem reconhecidas perdas por imparidades relativas às seguintes rubricas:

- Município de Castelo Branco:
 - Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados;
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- Serviços Municipalizados de Castelo Branco:
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA:
 - Dívidas a receber de clientes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco:
 - Dívidas a receber de clientes.
 - Outras contas a receber e a pagar.

No caso do Município de Castelo Branco e dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, as imparidades reconhecidas correspondem a dívida com mais de seis meses, cuja previsão de cobrança é reduzida.

No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

A este respeito, também atendendo aos baixos montantes apresentados pelas entidades SNC/SNC-ESNL (Albigeç e CATAA), não foram harmonizados os períodos, pois estima-se num potencial impacto muito reduzido.



No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa consolidados

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão / Reforço de Imparidades	Movimentos de Consolidação	Quantia recuperável
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	173 096,92 €	9 916,83 €	0,00 €	0,00 €	163 180,29 €
Clientes, contribuintes e utentes	2 994 452,18 €	1 670 258,86 €	-29 727,40 €	-243 839,75 €	1 050 626,17 €
Outras contas a receber e a pagar	12 652 435,07 €	123 346,70 €	11 311,56 €	-133 274,33 €	12 407 125,60 €
Total	15 819 984,17 €	1 803 522,19 €	-18 415,84 €	-377 114,08 €	13 620 932,06 €

• Quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida

Classe Ativo	Descrição	Imparidade Reconhecida	Reversão de Imparidades
21	Clientes, contribuintes e utentes	213 610,30 €	500,00 €
27	Outras contas a receber e a pagar	597,17 €	11 908,73 €
Total		214 207,47 €	12 408,73 €

10 — Inventários

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, exceto quando forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, devendo ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

Quando os inventários forem detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subsequentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.



O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. Se não existir rendimento relacionado, o gasto é reconhecido quando os bens forem distribuídos ou o respetivo serviço for prestado. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre.

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022, custo médio ponderado.

Os quadros seguintes apresentam a informação sobre os valores de inventários e os movimentos do período.

Inventários – quantias escrituradas

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	542 557,72 €		542 557,72 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	673 711,73 €		673 711,73 €
Produtos acabados e intermédios			0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00 €
Produtos e trabalhos em curso			0,00 €
Total	1 216 269,45 €	0,00 €	1 216 269,45 €

Inventários – movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	580 178,78 €	2 862 441,13 €	2 900 048,61 €				13,58 €	0,00 €	542 557,72 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	557 256,42 €	1 058 701,93 €	939 510,52 €				9 554,32 €	8 818,22 €	673 711,73 €
Produtos acabados e intermédios									0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00 €
Produtos e trabalhos em curso									0,00 €
TOTAL	1 137 435,20 €	3 919 143,06 €	3 839 559,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 567,90 €	8 818,22 €	1 216 269,45 €

**11 — Agricultura**

Não Aplicável.

12 — Contratos de construção

Não Aplicável.

13 — Rendimento de transações com contraprestação

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento, métodos adotados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviços, quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período e quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento

Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2022 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

O rendimento é reconhecido quando for possível que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido		Resultados	Património líquido	
70	Impostos, contribuições e taxas						
704	Taxas, multas e outras penalidades	867 192,34 €			867 192,34 €		
71	Vendas	2 847 354,53 €		-98 083,73 €	2 749 270,80 €		
72	Prestação de serviços	12 289 121,28 €		-672 484,86 €	11 616 636,42 €		
74	Trabalhos para a própria entidade	102 233,20 €			102 233,20 €		
78	Outros rendimentos	0,00 €					
781	Rendimentos suplementares	867 969,31 €			867 969,31 €		
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	22,94 €			22,94 €		
784	Ganhos em inventários	331,24 €			331,24 €		
786	Rendimentos nos restantes ativos financeiros	33,52 €			33,52 €		
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	4 158 573,03 €			4 158 573,03 €		
7881	Correções relativas a períodos anteriores	1 736 252,67 €		-70,27 €	1 736 182,40 €		
7889	Outros não especificados	2 022 677,65 €			2 022 677,65 €		
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	151 188,09 €			151 188,09 €		
TOTAL		25 042 949,80 €	0,00 €	-770 638,86 €	24 272 310,94 €	0,00 €	0,00 €

**14 — Rendimento de transações sem contraprestação**

Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente, os impostos e as transferências e políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos rendimentos referidos

Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2022 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

Exceção feita aos montantes recebidos de Subsídios ao Investimento pela entidade consolidante do Fundo de Equilíbrio Financeiro – vertente de capital e n.º 3 do art.º 35 da Lei 73/2013, que são registados inicialmente no património líquido e que depois são reconhecidos, proporcionalmente, em proveitos do ano à medida em que os bens que estão imputados também são depreciados.

Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de rendimento		Rendimento de período reconhecido em		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamento s recebidos
		Resultados	Património líquido		Resultados	Património líquido	
701	Impostos diretos						
70105	Imposto municipal sobre imóveis	6 525 000,00 €			6 525 000,00 €		
70106	Imposto único de circulação	1 408 701,00 €			1 408 701,00 €		
70199	Outros	5 419,26 €			5 419,26 €		
702	Impostos indiretos						
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 796 444,60 €			2 796 444,60 €		
75	Transferências e subsídios correntes obtidos						
75111	Estado	22 428 680,38 €			22 428 680,38 €		
75115	Segurança Social	25 482,36 €			25 482,36 €		
75119	Outras entidades	1 329 706,99 €		-772 145,73 €	557 561,26 €		
7513	Famílias	0,00 €			0,00 €		
7514	Resto do mundo	137 519,59 €			137 519,59 €		
752	Subsídios correntes	54 508,34 €			54 508,34 €		
76	Reverões						
761	De depreciações e de amortizações	0,00 €			0,00 €		
762	De perdas por imparidade	12 408,73 €			12 408,73 €		
763	De provisões	17 294,50 €			17 294,50 €		
78	Outros rendimentos						
7851	Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	4 012,89 €		-4 012,89 €	0,00 €		
7880	Outros rendimentos do Estado	76 063,64 €			76 063,64 €		
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 980 226,17 €		-120 209,86 €	4 860 016,29 €		
7884	Ganhos em outros instrumentos financeiros	0,10 €			0,10 €		
	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	0,00 €			0,00 €		
TOTAL		39 801 468,55 €	0,00 €	-896 368,50 €	38 905 100,05 €	0,00 €	0,00 €

**15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Quantia escriturada no início e no fim do período, aumentos e diminuições de provisões

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos de quantia de escritura (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias e clientes										
Processos judiciais em curso	18 390 511,81 €	3 758 824,97 €			3 758 824,97 €		17 294,50 €		17 294,50 €	22 141 042,28 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	18 390 511,81 €	3 758 824,97 €	- €	- €	3 758 824,97 €	- €	17 294,50 €	- €	17 294,50 €	22 141 042,28 €

16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 — Acontecimentos após a data de relato**Autorização para emissão das contas e quem deu essa autorização**

As demonstrações financeiras consolidadas reuniram condições para a sua emissão, após aprovadas as contas individuais da entidade consolidante e das entidades consolidadas.

Atualização das divulgações acerca de condições à data do balanço consolidado

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas consolidadas.

Divulgação de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras

O atual clima de incerteza económica vivido em Portugal e construído por acontecimentos mundiais como a Guerra na Ucrânia, a falência do Silicon Valley Bank e a instabilidade de preços atual, apesar de não colocar em causa a continuidade do Município de Castelo Branco, vem acrescer o peso da responsabilidade do Município no desenvolvimento económico da região e na responsabilidade social para com os seus municípios.

Considerando a incerteza relativamente ao desenvolvimento dos acontecimentos mencionados torna-se impossível prever quais os efeitos financeiros para o Grupo Municipal no âmbito das suas funções sociais e económicas.



18 — Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros, quantia escriturada de cada uma das categorias, bases de determinação do justo valor

Relativamente à entidade consolidante, a participação financeira do Município de Castelo Branco, no capital social de outras entidades consta no quadro infra. As participações nas entidades consolidadas Serviços Municipalizados de Castelo Branco, Albigeç – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A. e CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco, estão mensuradas nas demonstrações individuais pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações consolidadas as referidas participações foram eliminadas.

As restantes participações estão mensuradas pelo método do custo.

Participações financeiras

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escriturado no final de 2022 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%	22 066 789,09 €	52 105 513,64 €
Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal, 6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%	50 000,00 €	276 081,68 €
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%	47 000,00 €	2 458 639,42 €
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,77%	24 950,00 €	24 950,00 €
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Hardade da Marrás, 7480-352 Figueira e Barros	10 000 000,00 €	599 719,00 €	6,00%	599 719,00 €	599 719,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregória Lopes, Lote 1514 R/c, 1400-195 Lisboa	650 000 000,00 €	1 236 294,00 €	0,19%	1 236 294,00 €	1 236 294,00 €
Total								56 701 197,74 €



Investimentos financeiros consolidados

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Imparidades Iniciais	Variações					Movimentos de consolidação	Quantia escriturada final
			Adições	Aplicação MEP contas Individuais	Amortizações	Reversões de perdas por Imparidade	Diminuições		
Investimentos em entidades controladas	0,00 €			-1 164 681,10 €				1 164 681,10 €	0,00 €
Investimentos em entidades associadas	3 941 169,00 €								3 941 169,00 €
Investimentos em empreendimentos conjuntos	0,00 €								0,00 €
Investimentos noutras entidades	1 239 055,37 €		297,52 €						1 239 352,89 €
Outros investimentos financeiros	10 732,27 €		2 267,46 €						12 999,73 €
Total	5 190 956,64 €	0,00 €	2 564,98 €	-1 164 681,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 164 681,10 €	5 193 521,82 €

Movimentos ocorridos nas rubricas de património líquido consolidado

Rubricas		Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Movimentos de Consolidação	Saldo Final
51	Património / capital	84 984 745,57 €	0,00 €	0,00 €	-22 166 789,09 €	62 817 956,48 €
551	Reservas legais	8 419 770,40 €	0,00 €	0,00 €	-1 350 235,77 €	7 069 534,63 €
552	Outras Reservas	1 971 435,18 €	0,00 €	0,00 €	-1 971 435,18 €	0,00 €
561	Resultados transitados de períodos anteriores	261 490 335,71 €	161 139,40 €	2 597 631,55 €	27 828 738,06 €	286 882 581,62 €
562	Regularizações	-119 203,73 €	4 366 683,22 €	466 867,36 €		3 780 612,13 €
564	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-5 123 050,74 €	0,00 €	778,04 €		-5 123 828,78 €
57	Ajustamentos em ativos financeiros	56 013 570,97 €	0,00 €	225 748,28 €	-55 815 365,91 €	-27 543,22 €
59	Outras variações no património líquido	76 825 448,37 €	12 050 021,73 €	13 653 804,89 €	-2 428 554,00 €	72 793 111,21 €
818	Resultado líquido do período	-2 539 658,08 €	2 559 816,86 €	6 555 278,92 €	1 094 827,50 €	-5 440 292,64 €
Interesses que não controlam					156 678,29 €	156 678,29 €
Total		481 923 393,65 €	19 137 661,21 €	23 500 109,04 €	-54 652 136,10 €	422 908 809,72 €

19 — Benefícios dos empregados

Não Aplicável.



[Handwritten signatures and initials]

20 — Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo da entidade consolidante nas participadas incluídas na consolidação e as transações entre ambas.

Entidades controladas

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação		% Controlo		Controlo Final
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	Direto	Indireto		
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%		100,00%	
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal ,6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%		100,00%	
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%		94,00%	

Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		
		Tipo	Quantia	% no total das transações
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos prestados à entidade controladora	775 569,21 €	46,07%
		Subsídio concedido pela entidade controladora	191 311,01 €	11,36%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	249 809,67 €	14,84%
		Cobertura de Prejuízos	145 249,65 €	8,63%
		Fornecimentos e serviços externos prestados pela entidade controladora	70,27 €	0,00%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	321 385,60 €	19,09%
		Fornecimentos e serviços externos prestados pela entidade controladora	140,54 €	0,01%
Total			1 683 535,95 €	100,00%



Pessoas chave da gestão do grupo público

Pessoas chave da gestão da entidade consolidante – Município de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade	Morada
Ana Teresa Vaz Ferreira	Vereadora	15-10-2021 — 31-12-2022	Rua Prof. Sebastião António Morão Correia Lote A-86 ,2 Esq. 6000-473 - Castelo Branco
Hélder Manuel Guerra Henriques	Vereador	15-10-2021 — 31-12-2022	Rua Clube Castelo Branco Lote D nº. 39 6000-027 Castelo Branco
João Manuel Ascensão Belém	Vereador	15-10-2021 — 31-12-2022	Rua da Piscina Lt.18 5º D. 6000-776 Castelo Branco
Jorge Manuel Carrega Pio	Vereador	15-10-2021 — 31-12-2022	Rua do Pombal nº. 17 6005-090 - Alcains
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente da Câmara	15-10-2021 — 31-12-2022	Rua Prior M. Vasconcelos nº. 14 Lt. E 1º. Esq. 6000-265 Castelo Branco
Luís Manuel dos Santos Correia	Vereador	15-10-2021 — 31-12-2022	Rua Prof. Sebastião António Morão Correia Lote A-81,5 Esq. 6000-473 - Castelo Branco
Patrícia Alexandra Santos Carneiro Coelho	Vereadora	15-10-2021 — 31-12-2022	Rua Prof. Sebastião António Morão Correia Lt.133 r/c Dto 6000-473 - Castelo Branco

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade	Morada
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente Conselho de Administração	01-01-2022 — 31-12-2022	Rua Prior M. Vasconcelos nº. 14 Lt. E 1º. Esq. 6000-265 Castelo Branco
Helder Manuel Guerra Henriques	Vogal do Conselho de Administração	01-01-2022 — 31-12-2022	Rua Clube de Castelo Branco D 39 6000-027 Castelo Branco
Patrícia Margarida Santos Carneiro Coelho	Vogal do Conselho de Administração	01-01-2022 — 14-08-2022	Rua Prof. Sebastião António Morão Correia, Lt 133 r/c Dt. 6000-473 Castelo Branco
Sónia Cristina Cristóvão Mexia	Vogal do Conselho de Administração	15-08-2022 — 31-12-2022	Rua Dr. Vítor Santos Pinto, Lote A - 88 - 2º Dt. 6000-478 Castelo branco

**Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Albigeç – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, SA.**

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade	Morada
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01-01-2022 31-12-2022	Rua Prior M. Vasconcelos nº. 14 Lt. E 1º. Esq. 6000-265 Castelo Branco
Fernando Manuel Raposo	Vogal do Conselho de Administração	01-01-2022 31-12-2022	Rua Doutor Victor dos Santos Pinto, 96 2º esq. 6000-478 Castelo Branco
Helder Manuel Guerra Henriques	Vogal do Conselho de Administração	01-01-2022 31-12-2022	Rua Clube de Castelo Branco D 39 6000-027 Castelo Branco

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – CATAA – Associação Centro Tecnológico de Apoio Agro Alimentar de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade	Morada
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01-01-2022 31-12-2022	Rua Prior M. Vasconcelos nº. 14 Lt. E 1º. Esq. 6000-265 Castelo Branco
Patricia Margarida Santos Carvalheiro Coelho	Vogal	01-01-2022 31-12-2022	Rua Prof. Sebastião António Morão Correia, Lt 133 r/c Dt. 6000-473 Castelo Branco
António Tavares Carmona Mendes	Vogal	01-01-2022 31-12-2022	Rua de Santana, 800 6030-230 Vila Velha de Rodão

21 — Relato por segmentos

Não aplicável.

22 — Interesses em outras entidades

As entidades em que o Município detém interesse são as constantes da nota 18.



23 – Outras divulgações

Gastos e perdas consolidados

Conta	Gastos	2022		2021		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
60	Transferências e subsídios concedidos	7 903 471,12 €	11,52%	6 775 491,57 €	10,94%	1 127 979,55 €	16,65%
61	Custos Mercadorias Vendidas e Das Matérias Consumidas	3 839 559,13 €	5,60%	3 595 482,61 €	5,81%	244 076,52 €	6,79%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	20 582 740,96 €	30,00%	15 403 753,15 €	24,88%	5 178 987,81 €	33,62%
63	Gastos com Pessoal	14 070 354,06 €	20,50%	13 257 648,96 €	21,41%	812 705,10 €	6,13%
64	Gastos de depreciação e de amortização	18 714 911,08 €	27,27%	19 043 489,20 €	30,76%	-328 578,12 €	-1,73%
65	Perdas por imparidades	214 207,47 €	0,31%	222 465,77 €	0,36%	-8 258,30 €	-3,71%
67	Provisões do período	1 868 629,19 €	2,72%	1 915 373,39 €	3,09%	-46 744,20 €	-2,44%
68	Outros gastos	1 398 968,36 €	2,04%	1 666 586,12 €	2,69%	-267 617,76 €	-16,06%
69	Juros e gastos similares suportado	27 367,49 €	0,04%	30 603,52 €	0,05%	-3 236,03 €	-10,57%
	Total	68 620 208,86 €	100%	61 910 894,29 €	100%	6 709 314,57 €	10,84%

Rendimentos e ganhos consolidados

Conta	Rendimentos	2022		2021		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
70	Impostos, contribuições e taxas	11 602 757,20 €	18,36%	10 496 426,82 €	17,29%	1 106 330,38 €	10,54%
71	Vendas	2 749 270,80 €	4,35%	2 317 347,41 €	3,82%	431 923,39 €	18,64%
72	Prestações de serviços e concessões	11 616 636,42 €	18,39%	10 213 297,94 €	16,83%	1 403 338,48 €	13,74%
74	Trabalhos para a própria entidade	102 233,20 €	0,16%	90 679,74 €	0,15%	11 553,46 €	12,74%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	23 203 751,93 €	36,73%	23 897 097,39 €	39,37%	-693 345,46 €	-2,90%
76	Reversões	29 703,23 €	0,05%	1 125,44 €	0,00%	28 577,79 €	2539,25%
78	Outros rendimentos	13 721 870,12 €	21,72%	13 522 706,53 €	22,28%	199 163,59 €	1,47%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	151 188,09 €	0,24%	160 613,14 €	0,26%	-9 425,05 €	-5,87%
812	Imposto sobre o rendimento do período	2 505,23 €	0,00%	3 135,74 €	0,01%	-630,51 €	-20,11%
	Total dos rendimentos	63 179 916,22 €	100,00%	60 702 430,15 €	100,00%	2 477 486,07 €	4,08%



Fornecimentos e serviços externos consolidados

Conta	Fornecimentos e serviços externos	2022		2021		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
621	Subcontratos	4 970 467,58 €	24,15%	4 415 772,89 €	28,67%	554 694,69 €	12,56%
622	Serviços especializados	4 597 267,18 €	22,34%	4 236 321,19 €	27,50%	360 945,99 €	8,52%
623	Materiais	422 467,06 €	2,05%	533 273,67 €	3,46%	-110 806,61 €	-20,78%
624	Energia e fluídos	6 033 357,42 €	29,31%	2 919 313,98 €	18,95%	3 114 043,44 €	106,67%
625	Deslocações, estadas e transportes	238 990,94 €	1,16%	79 060,44 €	0,51%	159 930,50 €	202,29%
626	Serviços diversos	4 320 190,78 €	20,99%	3 220 010,98 €	20,90%	1 100 179,80 €	34,17%
Total		20 582 740,96 €	100,00%	15 403 753,15 €	100,00%	5 178 987,81 €	33,62%

Gastos com o pessoal consolidados

Conta	Gastos com o Pessoal	2022		2021		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	268 534,07 €	1,91%	273 339,63 €	2,06%	-4 805,56 €	-1,76%
631	Remunerações dos órgãosw sociais e de gestão	71 411,79 €	0,51%	70 222,15 €	0,53%	1 189,64 €	1,69%
632	Remunerações do pessoal	10 663 224,35 €	75,79%	9 926 760,33 €	74,88%	736 464,02 €	7,42%
633	Benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
634	Indemnizações	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
635	Encargos sobre remunerações	2 354 419,93 €	16,73%	2 185 306,27 €	16,48%	169 113,66 €	7,74%
636	Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	204 960,65 €	1,46%	180 683,39 €	1,36%	24 277,26 €	13,44%
637	Gastos de ação social	1 860,00 €	0,01%	420,00 €	0,00%	1 440,00 €	342,86%
638	Outros gastos com pessoal	231 728,79 €	1,65%	325 366,35 €	2,45%	-93 637,56 €	-28,78%
639	Outros encargos sociais	274 214,48 €	1,95%	295 550,84 €	2,23%	-21 336,36 €	-7,22%
Total		14 070 354,06 €	100,00%	13 257 648,96 €	100,00%	812 705,10 €	6,13%



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rub.	RECEBIMENTOS	2022	2021
	Saldo da gerência anterior	118 357 762,41 €	111 804 263,55 €
	Operações Orçamentais [1]	117 953 811,12 €	111 000 491,20 €
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [A]	403 951,29 €	413 772,29 €
	Recursos corrente	81 875 847,58 €	81 358 248,12 €
R1	Receita Fiscal	10 706 756,08 €	10 216 770,20 €
R11	Impostos diretos	10 706 756,08 €	10 216 770,20 €
R12	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	877 522,64 €	763 173,73 €
R4	Rendimentos de propriedade	470 113,60 €	473 725,01 €
R5	Transferências correntes	24 175 408,00 €	23 712 818,57 €
R51	Administrações Públicas	24 175 408,00 €	23 712 818,57 €
R511	Administração Central - Estado Português	24 108 158,48 €	23 389 804,85 €
R512	Administração Central - Outras entidades	54 508,34 €	24 720,84 €
R513	Segurança Social	12 741,18 €	25 482,38 €
R514	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R515	Administração Local	0,00 €	292 810,82 €
R52	Exterior - U.E.	0,00 €	0,00 €
R53	Outras	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	15 380 525,08 €	15 905 090,69 €
R7	Outras receitas correntes	282 222,12 €	224 870,92 €
	Recursos de capital	4 177 878,80 €	7 059 020,57 €
R8	Venda de bens de investimento	800 894,00 €	955 138,54 €
R9	Transferências de capital	3 245 900,78 €	6 103 882,03 €
R91	Administrações Públicas	3 245 900,78 €	6 103 882,03 €
R911	Administração Central - Estado Português	3 245 900,78 €	6 103 882,03 €
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R913	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R914	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R915	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R92	Exterior - U.E.	0,00 €	0,00 €
R93	Outras	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	31 785,04 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	29 041,04 €	19 237,52 €
	Recursos efetivos [2]	56 082 288,42 €	58 434 507,21 €
	Recursos não efetivos [3]	0,00 €	27 129,82 €
R12	Recursos com ativos financeiros	0,00 €	27 129,82 €
R13	Recursos com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	174 036 679,54 €	169 552 128,29 €
	Operações de tesouraria [B]	137 172,80	224 026,75

Rub.	PAGAMENTOS	2022	2021
	Despesas corrente	38 958 510,01 €	38 083 634,84 €
D1	Despesas com o pessoal	12 801 528,79 €	12 296 348,79 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	9 718 213,70 €	9 431 308,16 €
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 085 097,27 €	2 557 574,47 €
D13	Segurança Social	2 680 417,81 €	2 600 198,16 €
D2	Aquisição de bens e serviços	16 407 192,98 €	17 381 470,95 €
D3	Juros e outros encargos	24 425,73 €	29 518,94 €
D4	Transferências correntes	5 917 476,89 €	5 218 880,58 €
D41	Administrações Públicas	1 538 542,34 €	1 214 300,29 €
D411	Administração Central - Estado Português	38 850,00 €	283 658,05 €
D412	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
D413	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
D414	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
D415	Administração Local	1 491 692,34 €	830 641,55 €
D42	Instituições sem fins lucrativos	3 057 093,65 €	3 028 258,61 €
D43	Famílias	186 602,63 €	78 301,75 €
D44	Outras	283 238,27 €	0,00 €
D5	Subsídios	321 385,60 €	674 084,19 €
D6	Outras despesas correntes	504 500,03 €	503 352,11 €
	Despesas de capital	13 845 296,28 €	14 705 080,84 €
D7	Investimento	11 542 278,01 €	12 862 652,08 €
D8	Transferências de capital	2 102 980,25 €	1 802 428,76 €
D81	Administrações Públicas	417 128,27 €	313 678,22 €
D811	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
D812	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
D813	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
D814	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
D815	Administração Local	417 128,27 €	313 678,22 €
D82	Instituições sem fins lucrativos	1 444 376,58 €	1 263 740,57 €
D83	Famílias	241 477,42 €	325 011,80 €
D84	Outras	0,00 €	0,00 €
D9	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
	Despesas efetivas [5]	52 803 786,27 €	52 788 715,38 €
	Despesas não efetivas [6]	633 208,14 €	719 801,70 €
D10	Despesas com ativos financeiros	145 249,85 €	221 880,50 €
D11	Despesas com passivos financeiros	487 958,49 €	497 741,29 €
	Soma [7]=[5]+[6]	53 236 974,41 €	51 986 317,17 €
	Operações de tesouraria [C]	88 836,19 €	233 647,75 €
	Saldo para a gerência seguinte		
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	120 801 105,13 €	117 953 811,12 €
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	472 203,79 €	403 951,29 €
	Saldo global [2]-[5]	3 480 502,15 €	7 555 791,83 €
	Despesa primária	52 577 340,54 €	50 849 198,44 €
	Saldo corrente	12 919 037,57 €	15 272 814,58 €
	Saldo de capital	-10 100 784,80 €	-8 428 532,24 €
	Saldo primário	3 504 927,88 €	7 585 308,77 €
	Recursos totais [1]+[2]-[3]	174 036 679,54 €	169 552 128,29 €
	Despesa total [5]+[6]	53 236 974,41 €	51 986 317,17 €



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

LIQUIDAÇÕES			OBRIGAÇÕES				
Rub.		2022	2021	Rub.	2022	2021	
	Receita corrente	52 115 085,31 €	50 777 023,71 €		Despesa corrente	39 797 728,54 €	37 155 826,18 €
R1	Receita Fiscal	10 708 756,06 €	10 216 770,20 €	D1	Despesas com o pessoal	12 459 038,25 €	12 473 996,61 €
R11	Impostos directos	10 708 756,06 €	10 216 770,20 €	D11	Ramunerações Certas e Permanentes	9 844 440,23 €	9 571 179,82 €
R12	Impostos indirectos	0,00 €	0,00 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	309 156,14 €	259 485,27 €
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	D13	Segurança Social	2 705 433,88 €	2 643 331,72 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	865 767,53 €	802 294,28 €	D2	Aquisição de bens e serviços	20 076 355,76 €	18 245 562,22 €
R4	Rendimentos de propriedade	470 113,68 €	473 725,01 €	D3	Juros e outros encargos	24 425,73 €	29 518,94 €
R5	Transferências correntes	24 175 408,00 €	23 708 559,77 €	D4	Transferências correntes	5 920 531,17 €	5 224 824,08 €
R51	Administrações Públicas	24 175 408,00 €	23 708 559,77 €	D41	Administrações Públicas	1 793 789,81 €	1 219 300,20 €
R511	Administração Central - Estado Português	24 162 686,82 €	23 390 486,49 €	D411	Administração Central - Estado Português	38 850,00 €	283 058,65 €
R512	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D412	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R513	Segurança Social	12 741,18 €	25 482,38 €	D413	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R514	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D414	Administração Regional	263 238,27 €	0,00 €
R515	Administração Local	0,00 €	292 610,92 €	D415	Administração Local	1 491 662,34 €	935 641,55 €
R52	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D42	Instituições sem fins lucrativos	3 957 093,85 €	3 928 761,64 €
R53	Outras	0,00 €	0,00 €	D43	Famílias	169 658,91 €	78 562,24 €
R6	Venda de bens e serviços	15 627 433,42 €	15 337 037,34 €	D44	Outras	0,00 €	0,00 €
R7	Outras receitas correntes	268 606,62 €	238 637,13 €	D5	Subsídios	321 385,80 €	674 084,19 €
	Receita de capital	4 177 679,80 €	7 058 026,57 €	D6	Outras despesas correntes	598 000,03 €	507 852,11 €
R8	Venda de bens de investimento	899 894,00 €	955 138,54 €		Despesa de capital	13 778 378,73 €	14 905 808,50 €
R9	Transferências de capital	3 245 990,76 €	6 103 882,03 €	D7	Investimento	11 675 395,48 €	12 977 458,23 €
R91	Administrações Públicas	3 245 990,76 €	6 103 882,03 €	D8	Transferências de capital	2 102 980,25 €	1 928 350,27 €
R911	Administração Central - Estado Português	3 245 990,76 €	6 103 882,03 €	D81	Administrações Públicas	417 126,27 €	313 676,22 €
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D811	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R913	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D812	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R914	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D813	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R915	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D814	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R92	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D815	Administração Local	417 126,27 €	313 676,22 €
R93	Outras	0,00 €	0,00 €	D82	Instituições sem fins lucrativos	1 444 376,58 €	1 289 862,25 €
R10	Outras receitas de capital	31 795,04 €	0,00 €	D83	Famílias	241 477,42 €	325 011,80 €
R11	Reposições não abetidas aos pagamentos	29 083,21 €	19 215,35 €	D84	Outras	0,00 €	0,00 €
				D9	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [2]	56 321 628,32 €	57 855 259,43 €		Despesa efetiva [5]	53 576 194,27 €	52 061 432,85 €
	Receita não efetiva [3]	0,00 €	27 129,82 €		Despesa não efetiva [6]	633 208,14 €	719 601,79 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	27 129,82 €	D10	Despesa com ativos financeiros	145 249,65 €	221 860,50 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D11	Despesa com passivos financeiros	487 958,49 €	497 741,29 €
	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	56 321 628,32 €	57 882 389,45 €		Despesa total [7]=[5]+[6]	54 209 312,41 €	52 781 034,44 €







[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials along the right margin.]

[Handwritten signature in black ink at the bottom right of the page.]



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

Descrição	Dívida vinculada		Intervalos de antiguidade da dívida vencida					Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza		
	Curto prazo	Médio / Longo prazo	< 90	90 - 180	180 - 365	> 365	Curto prazo			Médio / Longo prazo	Soma	
Despesas Correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Despesas com pessoal	0,00 €	0,00 €	24 984,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 984,78 €	0,00 €	24 984,78 €
Remunerações certas e permanentes	0,00 €	0,00 €	105 449,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	105 449,40 €	0,00 €	105 449,40 €
Alíquotas variáveis ou eventuais	0,00 €	0,00 €	1 051,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 051,22 €	0,00 €	1 051,22 €
SS - Encargos com saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
ADSE e outros da AP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros sectores fora da AP	4 819,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 819,59 €	0,00 €	4 819,59 €
SS - Contribuições da segurança social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
CGA	14 217,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 217,68 €	0,00 €	14 217,68 €
Segurança social - Regime geral	16 568,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 568,81 €	0,00 €	16 568,81 €
Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
SS - Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras	410,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	410,00 €	0,00 €	410,00 €
Aquisição de bens e serviços	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de bens e serviços	214 721,83 €	0,00 €	444 464,66 €	0,00 €	0,00 €	9 976,29 €	9 976,29 €	0,00 €	0,00 €	669 162,78 €	0,00 €	669 162,78 €
Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Administrações públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras transferências correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios	0,00 €	0,00 €	3 054,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 054,28 €	0,00 €	3 054,28 €
Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras despesas correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras despesas correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Despesa de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	0,00 €	0,00 €	1 500,00 €	0,00 €	1 500,00 €
Aquisição de bens de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de bens de capital	131 833,01 €	0,00 €	410,64 €	0,00 €	0,00 €	875,82 €	875,82 €	0,00 €	0,00 €	133 119,47 €	0,00 €	133 119,47 €
Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Administrações públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reembolsos de passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reembolsos de passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Soma	362 570,91 €	0,00 €	579 414,98 €	0,00 €	0,00 €	12 352,11 €	12 352,11 €	0,00 €	0,00 €	974 338,00 €	0,00 €	974 338,00 €

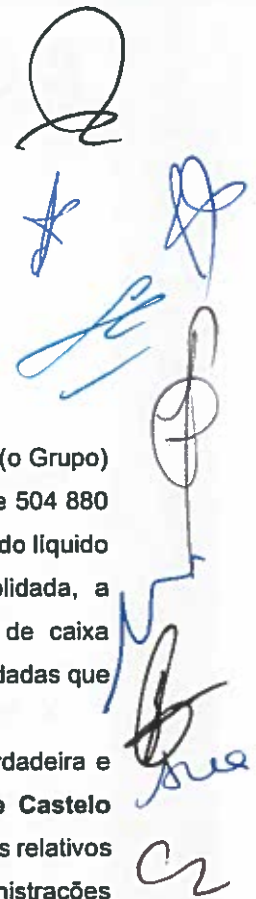


NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

As demonstrações orçamentais consolidadas incluem apenas os valores da entidade consolidante Município de Castelo Branco e da entidade consolidada Serviços Municipalizados de Castelo Branco, uma vez que as restantes entidades consolidadas não apresentaram em 2022 as referidas demonstrações, pelos seguintes motivos:

- A empresa municipal Albigeç - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não se enquadra na Norma de Contabilidade Pública 26, não tendo por esse motivo a obrigatoriedade de elaborar as referidas demonstrações orçamentais.

- A Associação CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro-alimentar de Castelo Branco aplica o – Entidades do Setor não Lucrativo - SNC - ESNL, não se enquadra na Norma de Contabilidade Pública 26, não tendo por esse motivo a obrigatoriedade de elaborar as referidas demonstrações orçamentais.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Castelo Branco**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 504 880 milhares de euros e um total de fundos próprios de 422 909 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5 440 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza consolidada, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração de fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Castelo Branco** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração da consolidação de contas 2022 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.
- As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita total de 174 036 milhares de euros e um total de despesa total de 53 235 milhares de euros) e a demonstração a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre a consolidação de contas 2022

Em nossa opinião, a consolidação de contas 2022 foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, XX de junho de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)

**RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(Contas Consolidadas)**

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Castelo Branco o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Castelo Branco**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas Consolidada que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - Que a consolidação de contas 2022, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, XX de junho de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Castelo Branco o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Castelo Branco, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas Consolidada que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.

3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
- Que a consolidação de contas 2022, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

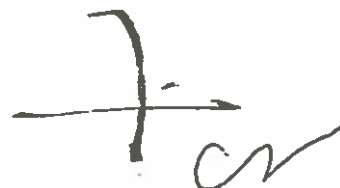
Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 20 de junho de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Castelo Branco**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 504 880 milhares de euros e um total de fundos próprios de 422 909 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5 440 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza consolidada, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração de fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Castelo Branco** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração da consolidação de contas 2022 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;



2/3

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita total de 174 036 milhares de euros e um total de despesa total de 53 235 milhares de euros) e a demonstração a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

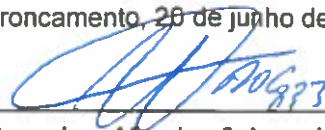
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre a consolidação de contas 2022

Em nossa opinião, a consolidação de contas 2022 foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 28 de junho de 2023



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)





CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

PROPOSTA N.º 52/2023

De harmonia com o preceito legal contido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remetemos a V. Exa., para discussão e aprovação, a proposta de “**Contas Consolidadas do Grupo Municipal do Ano de 2022**”.

Mais se informa que a mesma foi aprovada, por maioria, 3 votos a favor do PS e 4 abstenções, 3 do S-M e 1 do PSD/CDS/PPM, em reunião da Câmara Municipal, realizada em 20 de junho de 2023.

Paços do Município de Castelo Branco, 20 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal

Leopoldo Martins Rodrigues